

America Acessível: Informação e Comunicação para TODOS

12 – 14 de novembro de 2014

São Paulo, Brasil

Pautas para a promoção da acessibilidade das TIC para pessoas com Deficiência na região das Americas

Preâmbulo

Nós, os participantes do foro regional “**América acessível: Informação e Comunicação para TODOS**”, realizado em São Paulo, Brasil, de 12 a 14 de novembro de 2014, gostaríamos de agradecer aos anfitriões, à Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida, aos organizadores do “**América acessível: Informação e Comunicação para TODOS**”, a União Internacional de Telecomunicações (UIT), à representação no Brasil da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e à Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República do Brasil (SDH) e aos patrocinadores.

Todos os dias, pessoas com deficiência enfrentam uma série de obstáculos e desafios que vão da falta de acesso à informação, à falta de acesso à educação e ao emprego — todos os quais podem ser atenuados através do acesso equitativo às TIC. Este foro regional reconhece que a promoção da acessibilidade das TIC, através da web, televisão, móveis e plataformas de acesso público, permite que pessoas com deficiência aproveitem completamente as TIC para o seu empoderamento económico e social e traz benefícios para todos os membros da sociedade, melhorando a usabilidade geral de produtos e serviços TIC.

Reconhecemos que TIC acessíveis desempenham um papel fundamental na promoção da inclusão social, cultural e económica das pessoas com deficiência. TIC inclusivas e acessíveis podem ser usadas para atender às necessidades das pessoas com diferentes tipos de deficiência, na medida em que incentivam a aprendizagem personalizada, emprego e participação social. Com este propósito, convidamos os anfitriões, os organizadores, a UIT, a SDH e a UNESCO, os patrocinadores e os participantes da conferência a promover este conjunto de pautas e apoiar a sua implementação prática.

Convidamos também os governos dos países da região, as agências intergovernamentais, em particular a UIT, UNESCO, SDH e a sociedade civil, organizações representativas de pessoas com deficiência e o sector privado para se tornarem líderes na promoção da acessibilidade das TIC nas suas respectivas áreas de trabalho.

Como resultado das discussões realizadas nestes últimos três dias, propomos um conjunto de pautas, incluindo princípios e ações necessárias para apoiar a implementação da acessibilidade das TIC na região das Américas.

Princípios

Identificamos os seguintes princípios para orientar todas as partes interessadas para apoiar a acessibilidade das TIC para pessoas com deficiência e assegurar sociedades mais inclusivas. É necessário:

1. Reforçar os regulamentos, políticas e leis existentes e se necessário desenvolver novos marcos para levar em conta a acessibilidade das TIC e os direitos das pessoas com deficiência, em estreita consulta e colaboração com pessoas com deficiência;

2. Promover serviços e produtos de TIC acessíveis e apoiar o seu desenvolvimento em curso;
3. Conscientizar o público sobre a acessibilidade das TIC;
4. Utilizar as políticas de contratos públicos e práticas para melhorar a vida das pessoas com deficiência;
5. Reforçar a utilização das TIC para a educação de pessoas com deficiência;
6. Utilizar TIC acessíveis, proporcionar competências em TIC e capacitação como um meio para promover o emprego das pessoas com deficiência;
7. Incentivar a utilização das TIC acessíveis na promoção dos direitos humanos; e
8. Promover a colaboração intersetorial para o empoderamento das pessoas com deficiência.

Pautas

Identificamos as seguintes pautas para apoiar a aplicação prática de acessibilidade das TIC para pessoas com deficiência em toda a região para assegurar sociedades mais inclusivas:

(1) Reforçar regulamentos, políticas e leis nacionais e locais já existentes e se necessário desenvolver novos marcos para levar em conta a acessibilidade das TIC e os direitos das pessoas com deficiência, em estreita consulta e colaboração com pessoas com deficiência:

- Revisando atualizando medidas políticas, legais e regulamentares, para promover serviços móveis acessíveis, o acesso público às TIC, programação de televisão/vídeo, sites do governo e políticas de aquisições do setor público;
- Incluindo a acessibilidade das TIC como uma meta de acesso universal e estruturas de serviço;
- Incentivando a utilização do financiamento público disponível como os fundos de serviço universal para projetos e iniciativas que melhoram a acessibilidade das TIC e beneficiam pessoas com deficiência;
- Garantindo que as comunicações de emergência estejam acessíveis para pessoas com deficiência, incluindo a capacidade de enviar textos e/ou retransmissão de vídeo, sempre que tecnicamente viável e de receber notificações de serviço público, em formatos acessíveis;
- Promovendo a padronização em toda a região para realizar economias de escala para reduzir custos e garantir a interoperabilidade; e
- Incluindo pessoas com deficiência em todas as consultas públicas sobre políticas, legislação e regulamentos de acessibilidade das TIC.

(2) Promover produtos e serviços de TIC acessíveis e apoiar o seu desenvolvimento em curso:

(a) Móvel

- Levando em consideração a contribuição de usuários através dos grupos de defesa e da comunidade deficiente em geral na criação de produtos e serviços;
- Exortando os operadores móveis e varejistas para fornecer uma gama de aparelhos acessíveis e outros dispositivos para os diferentes tipos de deficiência;
- Incentivando os operadores e prestadores de serviços para oferecer pontos acessíveis de venda e serviços de atendimento ao cliente e treinar vendedores e funcionários do atendimento ao cliente a atender os clientes com deficiência;

- Promovendo a oferta de planos e/ou tarifas com descontos especiais para pessoas com deficiência, por exemplo planos de apenas texto para os consumidores que são surdos e com deficiência auditiva;
- Promovendo interfaces de reconhecimento de voz e texto-para fala para garantir relevância local nos países da região das Américas;
- Incentivando o desenvolvimento de aplicativos móveis acessíveis pelas instituições acadêmicas, start-ups e empreendedores locais;

(b) Radiodifusão de televisão/vídeo

- Promovendo radiodifusão acessível em preparação para a transmissão dos Jogos Paralímpicos de 2016 que será, pela primeira vez, sediado na região das Américas;
- Incentivando as autoridades reguladoras nacionais para definirem metas, pelo tipo de programa, para o percentual de programação de vídeo que oferece áudio descrição, legendas e assinatura, em especial para notícias, transmissões públicas de saúde e de emergência e programação infantil;
- Assessorando as pessoas com deficiência sobre a disponibilidade de programação acessível;
- Promovendo a representação justa e equitativa das pessoas com deficiência na programação de televisão;
- Estimulando a adoção de normas de qualidade de serviço para serviços de radiodifusão;

(c) Sites Públicos e Privados

- Promovendo medidas para assegurar que pessoas com deficiência tenham acesso, da mesma forma que as demais pessoas, a sites públicos e privados, serviços, aplicações e conteúdos que sejam compatíveis com as normas reconhecidas;
- Estabelecendo metas para garantir que os sites públicos e privados sejam acessíveis para pessoas com diferentes tipos de deficiência;
- Promovendo a avaliação freqüente da acessibilidade dos sites do setor público em toda a região;
- Garantindo que os contratos do governo para o desenvolvimento de sites exijam que os websites sejam acessíveis;
- Fornecendo orientação e treinamento para instituições acadêmicas e sociedades profissionais para desenvolver cursos para estudantes de ciência da computação e profissionais de tecnologias da informação sobre acessibilidade na web;
- Fornecendo treinamento para desenvolvedores de sites do governo e privados sobre acessibilidade na web, incluindo procedimentos e ferramentas de teste de acessibilidade.

(3) Conscientização Pública sobre acessibilidade das TIC através de:

- Garantindo que informações-chave sejam publicadas em formatos acessíveis e disponíveis para pessoas com deficiência em forma escrita ou falada, ou na linguagem de sinais;
- Engajando-se em programas públicos de sensibilização da acessibilidade;

- Incentivando o trabalho colaborativo com a indústria e com as organizações de pessoas com deficiência para o desenvolvimento de produtos de desenho universal;
 - Apoiando campanhas de sensibilização e de formação dos atores, incluindo pessoas com deficiência, sobre o uso de produtos e serviços TIC acessíveis; Isso envolve a conscientização sobre novos recursos de acessibilidade, bem como as funcionalidades que são incorporadas em produtos já existentes;
- (4) Reforçar a utilização das TIC para a educação de pessoas com deficiência através de:**
- Incentivando aplicações estratégicas e práticas para o uso das TIC acessíveis para a inclusão social, melhoria da educação, comunicações, serviços de emergência e em locais de trabalho;
 - Reforçando a utilização das TIC para a educação das pessoas com deficiência, especialmente crianças, mulheres e povos indígenas;
 - Incluindo a acessibilidade das TIC nos currículos das Universidades;
- (5) Usando TIC acessíveis e proporcionando competências em TIC e capacitação como um meio para promover o emprego para pessoas com deficiência:**
- Criando ambientes de trabalho acessíveis;
 - Estabelecendo políticas nacionais para garantir que uma parte das vagas disponíveis sejam acessíveis a pessoas com deficiência;
- (6) Incentivar o uso das TIC acessíveis para promover os direitos humanos:**
- Usando TIC acessíveis para promover o acesso à informação, cultura e lazer, e portanto, habilitando as pessoas com deficiência a participar de forma efetiva e igualitária na sociedade da informação;
 - Usando TIC acessíveis para salvar vidas, garantindo que as comunicações de emergência (equipamentos e serviços) estejam equipados com ferramentas acessíveis e disponíveis em situações de risco.
- (7) Utilizando práticas e políticas de aquisição para garantir que os serviços públicos sejam disponibilizados de forma acessível para pessoas com deficiência e criar a demanda do mercado por recursos de acessibilidade em produtos e serviços TIC, aproveitando o poder de compra do setor público por:**
- Encorajando o alinhamento das políticas de aquisição dos operadores e incentivar os operadores para fornecer uma gama de aparelhos acessíveis e outros dispositivos para os diferentes tipos de deficiência;
 - Promovendo licitações públicas acessíveis e incluir requisitos de acessibilidade de TIC nos convites e licitações públicas, estabelecendo procedimentos para comprovar a acessibilidade dos produtos e serviços TIC a serem adquiridos;
- (8) Promover a colaboração inter-setorial para a capacitação de pessoas com deficiência:**
- Fazendo da implementação da acessibilidade das TIC uma prioridade regional;
 - Promovendo encontros regionais anuais e fóruns como a conferência regional **América Acessível: Informação e Comunicação para TODOS** e complementá-

- los com reuniões online entre as reuniões anuais para medir o progresso e como uma plataforma para o intercâmbio de melhores práticas e experiências;
- Garantindo a realização do **II America Acessível: Informação e Comunicação para TODOS** já para 2015 e,
 - Colaborando a nível sub-regional e apoiar o desenvolvimento da capacitação e programas de formação para promover a acessibilidade das TIC para pessoas com deficiência.

CONCLUSÃO

Tomamos nota do intercâmbio de experiências que ocorreu ao longo dos três dias da conferência ITU/SDH/UNESCO **América acessível: Informação e Comunicação para TODOS** e, em particular, os estudos de caso de sucesso e modelos compartilhados pelos palestrantes de toda a região e do mundo. A colegialidade, o profissionalismo e o compromisso dos colegas congressistas e a atmosfera de boa vontade expressada por todos os presentes reforçaram nossa convicção de que a aplicação destas pautas irá desempenhar um papel fundamental na promoção da acessibilidade das TIC e de sociedades inclusivas na região das Américas.

São Paulo, 14 de novembro de 2014